



Relatório Anual

# ISBRE

2015

Fundação BRDE de Previdência Complementar

# FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE

## RELATÓRIO ANUAL DE 2015

### CONSELHO DELIBERATIVO

Carlos Dickel Da Fontoura – Presidente

Carlos Areton Azzolin Olson

Carlos Aurélio L H Ribeiro

André Lopes Falcão (a partir de 18/09/2015)

Dante Carlos Schuch (a partir de 30/06/2015)

Celso Afonso Monteiro Pudwell (a partir de 30/06/2015)

### CONSELHO FISCAL

Fabiano Meassi – Presidente

Leonir Maria Pizzato Reis

Tarcísio Jaime Herdt

Máicol Cristian Stein de Souza

### Suplentes

Iraci Antonio Brunetto

Gustavo Trombini Orsolin

Nivaldo Presalino Vieira

Claonice Machado Fagundes

### DIRETORIA EXECUTIVA

Mauro Rosito D'Avila

Diretor Presidente e Diretor Administrativo e de Previdência

Luiz Rogério Isotton

Diretor Financeiro e de Investimentos

Rua Uruguai, 155 – Conj. 1401 - CEP: 90.010-140 – Porto Alegre/RS  
Fone: (51) 3227.3100 / 3014.8700 – Fax: (51) 3227.3309 / 3014-8705  
Site: [www.isbre.com.br](http://www.isbre.com.br) E-mail: [isbre@isbre.com.br](mailto:isbre@isbre.com.br)

**Relatório publicado em 29/04/2016**

### Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE e Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias, às melhores práticas de Governança, e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório Anual de Administração relativo ao exercício de 2015, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e dos Planos de Benefícios I e II e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, e os Pareceres Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Este Relatório Anual, em sua forma de apresentação, atende às determinações da Instrução nº 13, de 12 de novembro de 2014, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão de supervisão e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a qual exige um maior detalhamento das informações, com foco em cada um dos Planos de Benefícios e no Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, poderá ser notada a repetição de tabelas e demonstrativos, no entanto, frise-se, com conteúdos diversos, conforme o Plano abordado, o que se fez necessário para atender aos ditames da citada Instrução. Embora com certo prejuízo à leveza da leitura e à extensão do relatório, cremos que essa forma traz ganhos em relação à segregação das informações de interesse dos participantes de cada Plano e quanto à amplitude e detalhamento das informações.

### MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

#### Ambiente Macroeconômico e de Mercado

Em 2015 a gestão de investimentos vivenciou um período desafiador, caracterizado pela combinação atípica de instabilidade política e desafios econômicos no âmbito doméstico, em meio a um ambiente externo com alto nível de complexidade, tanto nos mercados emergentes quanto nos desenvolvidos.

O cenário externo permaneceu complexo ao longo de todo o ano de 2015. O Federal Reserve (Fed) iniciou processo de normalização da política monetária,

Destacamos, ainda, o processo eleitoral para o Conselho Deliberativo ocorrido no mês de março/2015, do qual restaram eleitos o Participante Assistido Dante Carlos Schuch e o Participante Ativo Celso Afonso Monteiro Pudwell. A Diretoria Executiva agradece a maciça participação dos Participantes na eleição, tanto Assistidos como Ativos, que proporcionaram a maior votação (898 votos) de eleições do ISBRE até aquela data. Agradecemos, ainda, a todos os senhores candidatos inscritos no referido pleito, por suas voluntárias participações e interesse pelos desígnios desta Fundação, o que demonstra a importância do ISBRE para seus Participantes.

Finalmente a Diretoria Executiva e o corpo funcional da Fundação agradecem ao Conselheiro Sérgio Darci Inácio, ex-presidente do Conselho Deliberativo, e ao colega Conselheiro Tarcísio Jaime Herdt, ex-presidente do Conselho Fiscal, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação no exercício de seus cargos na Fundação.

Igualmente damos as boas vindas aos novos Presidentes dos Conselhos, colega Carlos Dickel da Fontoura – Conselho Deliberativo, e colega Fabiano Meassi – Conselho Fiscal, desejando aos mesmos sucesso no exercício dos cargos.

enquanto o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco do Japão (BoJ) mantiveram programas de compra de ativos com vistas a estimular suas economias e afastar o risco de deflação. Os preços das commodities, sobretudo petróleo e metais, seguiram em queda, impondo dificuldades adicionais aos países exportadores desses produtos.

No Brasil, a performance dos indicadores macroeconômicos foi decepcionante. A atividade econômica medida pelo Produto Interno Bruto (PIB)

encerrou o ano apresentando contração de 3,8%. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego aumentou em 2 pontos percentuais, para 6,8% no período.

O resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em 1,6% do PIB, com as despesas do governo central apresentando crescimento real de 2,1% e as receitas variação real de -6,3%. Tal resultado não possibilita a estabilização da relação Dívida Pública Bruta/PIB, que saiu de 57,2% do PIB em 2014, para 66,2% do PIB no final de 2015.

A inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) alcançou 10,67% no período, ultrapassando em mais de quatro pontos percentuais o limite superior do intervalo definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas de inflação.

Como resultado, observou-se a desancoragem de expectativas de inflação, o que fez com que o Banco Central promovesse a elevação adicional da taxa básica de juros em mais 250 pontos base (p.b.) ao longo do ano, para 14,25% a.a.

No mercado financeiro, os preços de ativos foram fortemente influenciados pelas condições macroeconômicas relatadas acima.

A forte correção de preços observada no mercado de commodities, com o Índice CRB recuando 23,4% e o petróleo 37,7%, foi determinante para o comportamento das moedas de mercados emergentes. Além disso, alterações significativas na trajetória esperada das variáveis fiscais e da inflação, num contexto de crescente instabilidade política, impactaram o apreçamento dos ativos e a percepção de risco da economia doméstica, o que culminou no rebaixamento da nota de crédito do país, por duas das principais agências de classificação de risco, a S&P e a Fitch, para grau especulativo.

Como decorrência, verificou-se o aumento da volatilidade nos diferentes mercados e a ocorrência de

disfuncionalidade no processo de formação de preços de ativos em alguns momentos.

Neste contexto, os ativos de risco domésticos apresentaram performance decepcionante. O real se desvalorizou 47% no período. No mercado de renda fixa o IRF-M (Índice de Renda Fixa da Anbima), que referencia o desempenho dos títulos prefixados, acumulou rentabilidade de 7,13% no ano, enquanto o IMA-B (Índice de Mercado da Anbima – Série B), que referencia o desempenho dos títulos indexados à inflação, apresentou rentabilidade de 8,88% no mesmo período. Na renda variável, o desempenho foi ainda pior, com o Índice Ibovespa contraindo 13,31% no ano de 2015.

### Desempenho Econômico Financeiro

O Plano de Benefícios I (PB I) encerrou o ano de 2015 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 716,8 milhões, dos quais, R\$ 713,7 milhões referentes às Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 3,1 milhões de superávit acumulado. O Plano apresentou rentabilidade bruta de 9,79% no período, correspondendo a 59,12% da meta atuarial.

O Plano de Benefícios II (PB II) encerrou o exercício com Patrimônio de Cobertura de R\$ 49,2 milhões. A rentabilidade bruta foi de 10,01% no ano, o que equivale a 60,45% da meta atuarial ou a 75,60% do CDI.

A diferença de rentabilidade dos Planos de Benefícios é resultante da diferença de participação do segmento de empréstimos a participante na composição dos investimentos de cada Plano.

O Plano de Gestão Administrativa (PGA), que compreende os recursos financeiros necessários para o funcionamento da Entidade, apresentou rentabilidade de 9,57%, correspondendo a 72,28% do CDI.

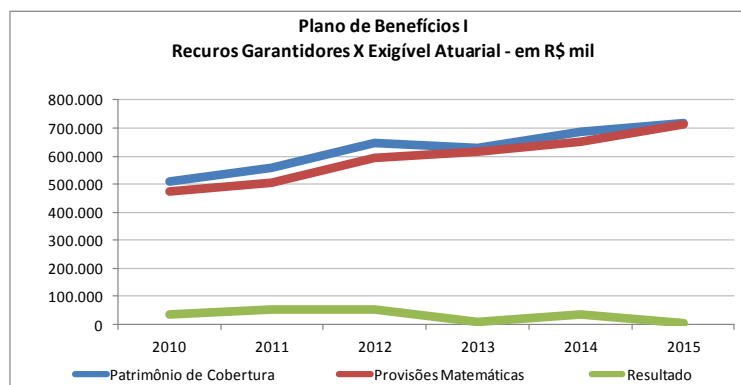
## PLANO DE BENEFÍCIOS I – BD

## EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

## Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB I

em R\$ mil

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2010	510.975	474.351	36.624
2011	556.601	503.265	53.336
2012	646.412	592.090	54.322
2013	626.840	616.868	9.972
2014	687.950	652.772	35.178
2015	716.786	713.724	3.062



## Demonstração do Ativo Líquido – PB I

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

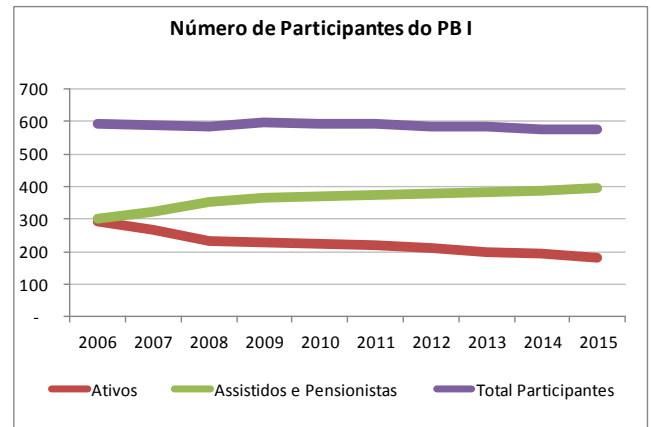
em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>730.685</b>	<b>699.633</b>	<b>4,44</b>
Disponível	10	59	(83,05)
Recebível	5.881	4.010	46,66
Investimento	<u>724.794</u>	<u>695.564</u>	4,20
Ações	257	253	1,58
Fundos de Investimento	701.704	672.777	4,30
Investimentos Imobiliários	14.807	14.348	3,20
Empréstimos	8.026	8.159	(1,63)
Depósitos Judiciais	-	27	(100,00)
<b>2. Obrigações</b>	<b>9.826</b>	<b>7.931</b>	<b>23,89</b>
Operacional	1.576	1.517	3,89
Contingencial	8.250	6.414	28,62
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.057</b>	<b>1.176</b>	<b>(10,12)</b>
Fundo Administrativo	1.057	1.176	(10,12)
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>719.802</b>	<b>690.526</b>	<b>4,24</b>
Provisões Matemáticas	713.725	652.771	9,34
Superávit/Déficit Técnico	3.062	35.178	(91,30)
Fundos Previdenciais	3.015	2.577	17,00
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	3.062	35.178	(91,30)
b) Ajuste de Precificação	18.496	-	
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	21.558	35.178	(38,72)

## GESTÃO PREVIDENCIAL

## População Amparada pelo Plano de Benefícios I

Ano	Participantes		Dependentes	Total Geral
	Ativos	Assistidos e Pensionistas		
2006	291	301	1.074	1.666
2007	266	323	1.050	1.639
2008	232	354	998	1.584
2009	229	367	964	1.560
2010	225	370	939	1.534
2011	218	375	808	1.401
2012	210	377	741	1.328
2013	200	384	724	1.308
2014	192	386	709	1.287
2015	181	395	688	1.264



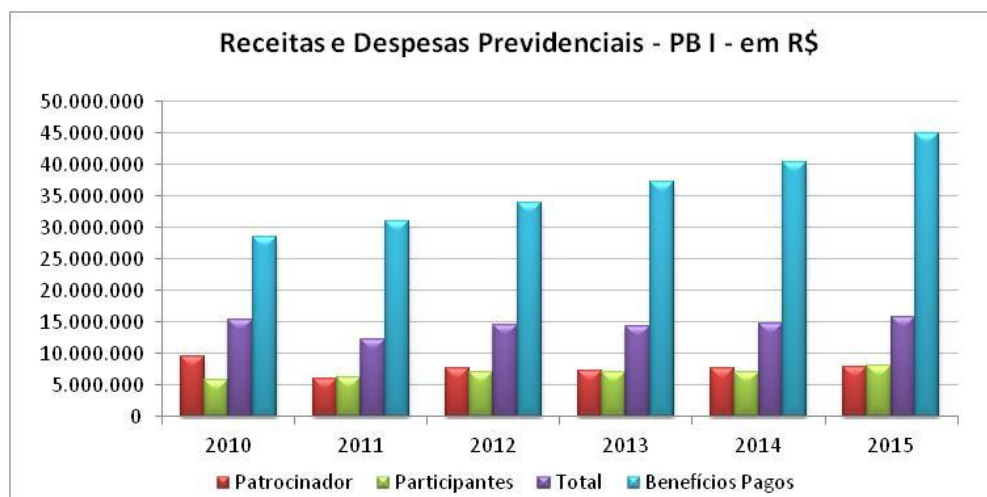
Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. Para fins de tabulação da quantidade de participantes, a partir de 2015, os participantes em auxílio doença passaram a ser classificados como “participantes assistidos”. Como pensionistas estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. A diferença entre o número de participantes ativos informado na tabela acima e aquele informado nas Notas Explicativas, decorre da classificação dos participantes em gozo do benefício de auxílio doença.

Em 31/12/2015, o grupo de assistidos era composto por 285 aposentados por tempo de contribuição, 7 aposentados por idade, 14 aposentados por invalidez, 2 aposentados por benefício proporcional diferido, 85 pensionistas e 2 participantes em auxílio doença.

## Receita de Contribuição e Benefícios Pagos – PB I

Em R\$

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos	Rec. de Contrib. / Benef. Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total		
2010	9.570.400	5.776.100	15.346.500	28.626.600	53,61%
2011	6.106.900	6.162.600	12.269.500	31.039.600	39,53%
2012	7.632.600	7.045.600	14.678.200	33.902.800	43,29%
2013	7.283.000	7.179.500	14.462.500	37.312.200	38,76%
2014	7.752.200	7.068.200	14.820.400	40.497.200	36,60%
2015	7.872.200	8.030.750	15.902.950	45.081.800	35,28%



A constante diminuição do número de participantes ativos e o aumento do número de participantes assistidos são características que revelam o estágio de maturidade do Plano de Benefícios I. A relação entre o fluxo de receita de contribuições e o fluxo de pagamento de benefícios é menor a cada ano que passa, situação absolutamente normal em um plano maduro e fechado a novos participantes.

## GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB I

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios I apresentava, em 31 de dezembro de 2015, a seguinte composição, em relação aos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos por Segmentos	Observado		Limites Máximos	
	Junho/15	Dezembro/15	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	85,43%	86,54%	100%	100%
Renda Variável	7,06%	5,32%	20%	70%
Investimentos Estruturados	4,36%	4,99%	12%	20%
Investimentos no Exterior <sup>(1)</sup>	0,00%	0,00%	2%	10%
Imóveis	2,01%	2,04%	4%	8%
Operações com Participantes	1,13%	1,11%	3%	15%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

## Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB I

Em 31.12.2015, o Plano de Benefícios I contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>629.659.789,12</b>	<b>89,73%</b>
Fundos de Renda Fixa	461.739.368,51	65,80%
Minuano FI Renda Fixa	461.739.368,51	65,80%
Fundos Multimercado com Renda Variável	167.920.420,61	23,93%
BBM Charrua FI Multimercado	167.920.420,61	23,93%
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>12.289.239,82</b>	<b>1,75%</b>
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	12.289.239,82	1,75%
JGP Institucional FIA	7.026.398,82	1,00%
Brasil Plural FICFIA	5.262.841,01	0,75%
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>45.598.132,38</b>	<b>6,50%</b>
Fundos de Investimentos em Cotas de FI	42.929.182,06	6,12%
BBM Aymoré FICFIM	42.929.182,06	6,12%
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	2.668.950,32	0,38%
Rio Bravo Energia I	2.668.950,32	0,38%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	687.547.161,32	97,98%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria <sup>1</sup>	14.155.208,75	2,02%
<b>Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado</b>	<b>701.702.370,08</b>	<b>100,00%</b>

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2015, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

<sup>1</sup> Inclui recursos a receber oriundos do resgate total do fundo BTG Pactual Absoluto Inst. FICFIA.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/15 a 31/12/15	Retorno Bruto 01/01/15 a 31/12/15	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
Minuano FI Renda Fixa	12,11%	12,14%	0,03%	Não possui	Não possui
BBM Charrua FI Multimercado	7,62%	8,05%	0,40%	Não possui	Não possui
JGP Institucional FIA	-6,82%	-4,21%	2,75%	Não possui	Não possui
BBM Aymoré FICFIM	12,05%	12,21%	0,15%	Não possui	Não possui
Rio Bravo Energia I	-58,91%	-58,46%	1,10%	20%	IPCA+ 8% a.a
Brasil Plural FICFIA	8,12%	11,43%	3,00%	Não possui	Não possui

### Performance dos Investimentos do PB I

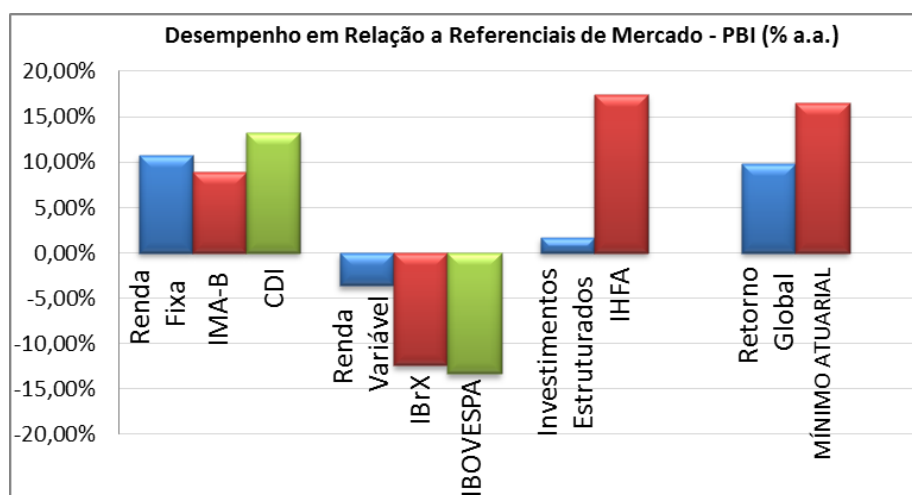
A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I foi de 9,79% no ano, diante da meta atuarial de 16,56% e do CDI de 13,24% do período.

As rentabilidades por segmento de aplicação, em relação aos respectivos referenciais de mercado, são apresentadas na tabela e no gráfico abaixo.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Rentabilidade Bruta em 2015	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial	
		Índice	Varição em 2015
Renda Fixa	10,81%	IMA-B	8,88%
Renda Variável	-3,62%	IBrX	-12,41%
Investimentos Estruturados	1,76%	IHFA	17,50%
Imóveis	16,06%	Meta Atuarial	16,56%
Empréstimos a Participantes	17,59%	Meta Atuarial	16,56%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	3,71%	Meta Atuarial	16,56%
<b>Total</b>	<b>9,79%</b>		

Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB I para 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, incide sobre o patrimônio deste plano uma taxa de administração de 0,5%, que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, para se obter as rentabilidades líquidas por segmento de aplicação do PB I é necessário subtrair este percentual das rentabilidades brutas indicadas na tabela acima.

Os segmentos de imóveis e empréstimos a participantes não são contemplados no gráfico por não possuírem referenciais de mercado. Já a rentabilidade do segmento de investimentos estruturados, apesar de estar referenciado ao índice IHFA, possui além da rentabilidade do fundo BBM Aymoré FICFIM a rentabilidade do FIP Rio Bravo Energia.





## CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB I

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios I, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

## Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/15	2º Sem/15	12 meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b><u>843.356,22</u></b>	<b><u>990.099,04</u></b>	<b><u>1.833.455,26</u></b>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	271.112,03	360.797,13	631.909,16
Pessoal Próprio	572.244,19	629.301,91	1.201.546,10
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>1.432,21</b>	<b>22.668,77</b>	<b>24.100,98</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>9.864,10</b>	<b>3.299,92</b>	<b>13.164,02</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)</b>	<b><u>283.630,10</u></b>	<b><u>122.907,97</u></b>	<b><u>406.538,07</u></b>
Auditoria	10.544,47	10.889,68	21.434,15
Assessoria Jurídica	200.932,92	38.475,14	239.408,06
Assessoria Atuarial	40.592,63	41.758,03	82.350,66
Outras Consultorias	31.560,08	31.785,12	63.345,20
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>65.985,02</b>	<b>70.586,78</b>	<b>136.571,80</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>12.078,20</b>	<b>12.088,40</b>	<b>24.166,60</b>
<b>Tributos</b>	<b>131.382,69</b>	<b>132.281,45</b>	<b>263.664,14</b>
Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.347.728,54	1.353.932,33	2.701.660,87

## Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/15	2º Sem/15	12 Meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b><u>975.459,18</u></b>	<b><u>1.029.876,51</u></b>	<b><u>2.005.335,69</u></b>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	260.687,62	239.269,20	499.956,82
Pessoal Próprio	714.771,56	790.607,31	1.505.378,87
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>6.984,21</b>	<b>16.907,67</b>	<b>23.891,88</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>12.918,26</b>	<b>9.745,28</b>	<b>22.663,54</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)</b>	<b><u>151.873,56</u></b>	<b><u>167.436,12</u></b>	<b><u>319.309,68</u></b>
Auditoria	10.544,44	10.889,68	21.434,12
Assessoria Jurídica	15.696,19	15.765,92	31.462,11
Bloomberg	28.595,56	43.029,32	71.624,88
Luz Engenharia Ltda	29.541,65	30.062,00	59.603,65
Outras Consultorias	67.495,72	67.689,20	135.184,92
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>75.860,06</b>	<b>82.370,35</b>	<b>158.230,41</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>12.078,16</b>	<b>12.088,35</b>	<b>24.166,51</b>
<b>Tributos</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>30.000,00</b>
A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.250.173,43	1.333.424,28	2.583.597,71

## Custo Global da Gestão

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/15	2º Sem/15	12 Meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.347.728,54	1.353.932,33	2.701.660,87
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.250.173,43	1.333.424,28	2.583.597,71
C) Total das Despesas Administrativas	2.597.901,97	2.687.356,61	5.285.258,58
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	717.107.173,08	717.696.444,43	717.401.808,76
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,19%	0,19%	0,38%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,17%	0,19%	0,36%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,36%	0,37%	0,74%

No exercício de 2015, o custo global de gestão do PB I, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimentos foi equivalente a 0,74% dos recursos garantidores, sendo 0,38% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,36% o custo relativo à gestão de investimentos.

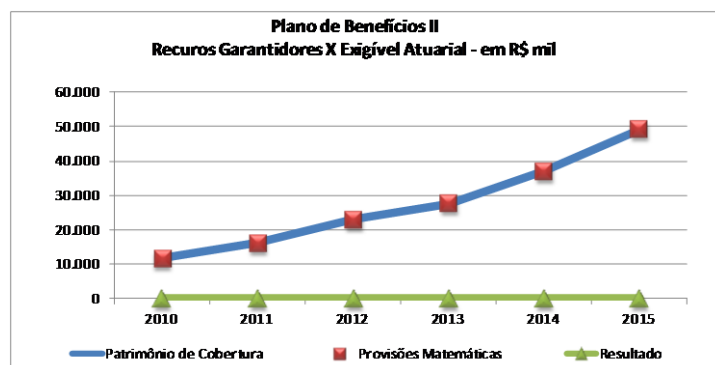
## PLANO DE BENEFÍCIOS II – CV

### EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

#### Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB II

em R\$ mil

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2010	11.616	11.604	12
2011	16.153	16.137	16
2012	22.963	22.959	4
2013	27.610	27.610	-
2014	37.030	37.019	11
2015	49.154	49.154	-



#### Demonstração do Ativo Líquido – PB II

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

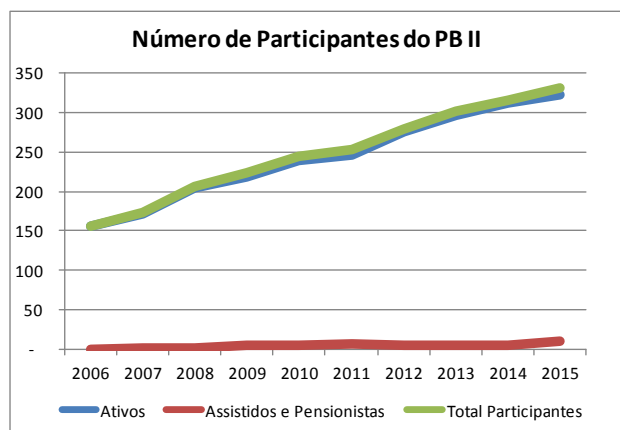
em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>54.151</b>	<b>43.054</b>	<b>25,77</b>
Disponível	1	3	(66,67)
Recebível	1.183	1.412	(16,22)
Investimento	<u>52.967</u>	<u>41.639</u>	27,21
Ações	18	15	20,00
Fundos de Investimento	49.835	38.859	28,25
Investimentos Imobiliários	552	535	3,18
Empréstimos	2.562	2.229	14,94
Depósitos Judiciais	-	1	(100,00)
<b>2. Obrigações</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>300,00</b>
Operacional	4	1	300,00
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.183</b>	<b>1.412</b>	<b>(16,22)</b>
Fundo Administrativo	1.183	1.412	(16,22)
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>52.964</b>	<b>41.641</b>	<b>27,19</b>
Provisões Matemáticas	49.154	37.019	32,78
Superávit/Déficit Técnico	-	11	(100,00)
Fundos Previdenciais	3.810	4.611	(17,37)
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	-	11	(100,00)
b) Ajuste de Precificação	193	18	972,22
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	193	29	565,52

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios II

Ano	Participantes		Dependentes	Total Geral
	Ativos	Assistidos e Beneficiários		
2006	155	0	196	351
2007	172	1	221	394
2008	205	1	253	459
2009	219	4	285	508
2010	240	5	317	562
2011	247	6	342	595
2012	275	4	370	649
2013	297	5	408	710
2014	312	4	422	738
2015	323	9	460	792

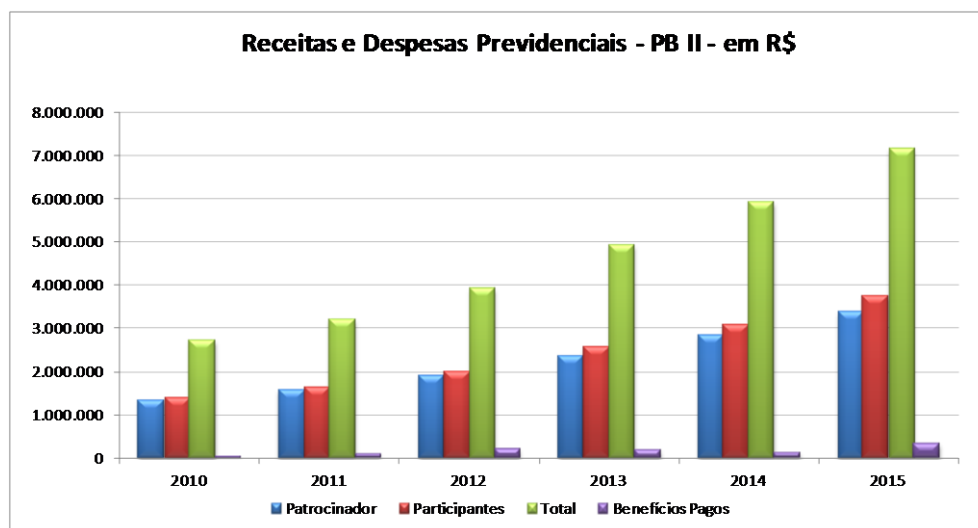


Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. Assim, como no PBI, para fins de tabulação da quantidade de participantes, a partir de 2015, os participantes em auxílio doença passaram a ser classificados como “participantes assistidos”. Como pensionistas estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. A diferença entre o número de participantes ativos informado na tabela acima e aquele informado nas Notas Explicativas, decorre da classificação dos participantes em gozo do benefício de auxílio doença.

Em 31/12/2015, o grupo de assistidos era composto por 8 pensionistas, que recebem a pensão legada por três participantes falecidos, e 1 participante em auxílio doença.

Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total	
2010	1.332.500	1.385.700	2.718.200	45.700
2011	1.576.700	1.640.900	3.217.600	89.930
2012	1.907.900	2.014.300	3.922.200	213.000
2013	2.364.800	2.575.000	4.939.800	197.600
2014	2.837.100	3.078.800	5.915.900	124.800
2015	3.395.400	3.765.000	7.160.400	325.100



## GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB II

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios II apresentava, em 31 de dezembro de 2015, a seguinte composição, em relação aos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos por Segmentos	Observado		Limites Máximos	
	Junho/15	Dezembro/15	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	82,76%	84,11%	100%	100%
Renda Variável	6,82%	5,15%	20%	70%
Investimentos Estruturados	4,23%	4,86%	12%	20%
Investimentos no Exterior <sup>(1)</sup>	0,00%	0,00%	2%	10%
Imóveis	1,14%	1,04%	4%	8%
Operações com Participantes	5,04%	4,84%	15%	15%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

## Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB II

Em 31.12.2015, o Plano de Benefícios II contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>44.718.176,63</b>	<b>89,73%</b>
Fundos de Renda Fixa	32.792.538,12	65,80%
Minuano FI Renda Fixa	32.792.538,12	65,80%
Fundos Multimercado com Renda Variável	11.925.638,51	23,93%
BBM Charrua FI Multimercado	11.925.638,51	23,93%
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>872.776,71</b>	<b>1,75%</b>
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	872.776,71	1,75%
JGP Institucional FIA	499.011,92	1,00%
Brasil Plural FICFIA	373.764,78	0,75%
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>3.238.360,42</b>	<b>6,50%</b>
Fundos de Investimentos em Cotas de FI	3.048.812,68	6,12%
BBM Aymoré FICFIM	3.048.812,68	6,12%
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	189.547,74	0,38%
Rio Bravo Energia I	189.547,74	0,38%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	48.829.313,76	97,98%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria <sup>1</sup>	1.005.297,05	2,02%
<b>Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado</b>	<b>49.834.610,80</b>	<b>100,00%</b>

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (hedge), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2015, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

<sup>1</sup> Inclui recursos a receber oriundos do resgate total do fundo BTG Pactual Absoluto Inst. FICFIA.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/15 a 31/12/15	Retorno Bruto 01/01/15 a 31/12/15	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
Minuano FI Renda Fixa	12,11%	12,14%	0,03%	Não possui	Não possui
BBM Charrua FI Multimercado	7,62%	8,05%	0,40%	Não possui	Não possui
JGP Institucional FIA	-6,82%	-4,21%	2,75%	Não possui	Não possui
BBM Aymoré FICFIM	12,05%	12,21%	0,15%	Não possui	Não possui
Rio Bravo Energia I	-58,91%	-58,46%	1,10%	20%	IPCA+ 8% a.a
Brasil Plural FICFIA	8,12%	11,43%	3,00%	Não possui	Não possui

### Performance dos Investimentos do PB II

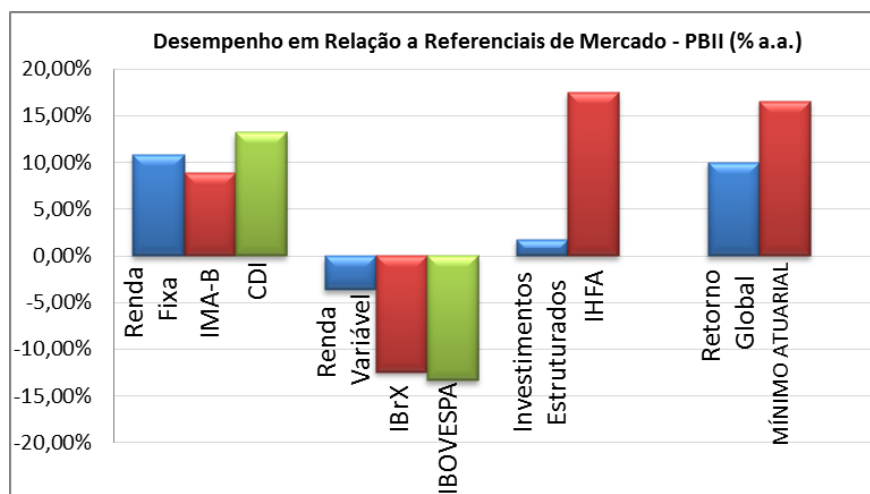
A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano foi 10,01%, diante da meta atuarial de 16,56% e do CDI de 13,24% do período.

As rentabilidades por segmento de aplicação, em relação aos respectivos referenciais de mercado, são apresentadas na tabela e no gráfico abaixo.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Rentabilidade Bruta em 2015	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial	
		Índice	Varição em 2015
Renda Fixa	10,81%	IMA-B	8,88%
Renda Variável	-3,62%	IBrX	-12,41%
Investimentos Estruturados	1,76%	IHFA	17,50%
Imóveis	16,06%	Meta Atuarial	16,56%
Empréstimos a Participantes	17,30%	Meta Atuarial	16,56%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	3,71%	Meta Atuarial	16,56%
<b>Total</b>	<b>10,01%</b>		

Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB II aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE para 2015, o custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA foi integralmente coberto pelo Fundo Administrativo do Plano. Assim, no PB II, a rentabilidade líquida dos investimentos por segmento de aplicação é igual à rentabilidade bruta indicada na tabela acima.

Os segmentos de imóveis e empréstimos a participantes não são contemplados no gráfico por não possuírem referenciais de mercado. Já a rentabilidade do segmento de investimentos estruturados, apesar de estar referenciado ao índice IHFA, possui além da rentabilidade do fundo BBM Aymoré FICFIM a rentabilidade do FIP Rio Bravo Energia I.



## CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB II

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios II, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

Em R\$

**Despesas com a Administração Previdencial**

DESPESAS	1º Sem/15	2º Sem/15	12 meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>53.506,36</b>	<b>68.673,30</b>	<b>122.179,66</b>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	17.222,60	25.080,46	42.303,06
Pessoal Próprio	36.283,76	43.592,84	79.876,60
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>89,77</b>	<b>1.554,00</b>	<b>1.643,77</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>634,28</b>	<b>231,97</b>	<b>866,25</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)</b>	<b>6.228,65</b>	<b>6.940,04</b>	<b>13.168,69</b>
Auditoria	668,01	753,92	1.421,93
Assessoria Jurídica	993,87	1.091,50	2.085,37
Assessoria Atuarial	2.571,43	2.890,97	5.462,40
Outras Consultorias	1.995,34	2.203,65	4.198,99
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>4.183,73</b>	<b>4.894,27</b>	<b>9.078,00</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>7.202,20</b>	<b>4.983,04</b>	<b>12.185,24</b>
<b>Tributos</b>	<b>8.085,14</b>	<b>9.356,87</b>	<b>17.442,01</b>
Total das Despesas com a Administração Previdencial	79.930,13	96.633,49	176.563,62

Em R\$

**Despesas com a Administração de Investimentos**

DESPESAS	1º Sem/15	2º Sem/15	12 Meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>61.668,66</b>	<b>71.395,80</b>	<b>133.064,46</b>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	16.397,19	16.616,83	33.014,02
Pessoal Próprio	45.271,47	54.778,97	100.050,44
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>449,47</b>	<b>1.158,12</b>	<b>1.607,59</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>826,26</b>	<b>677,50</b>	<b>1.503,76</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)</b>	<b>9.640,72</b>	<b>11.606,06</b>	<b>21.246,78</b>
Auditoria	668,01	753,92	1.421,93
Assessoria Jurídica	993,87	1.091,50	2.085,37
Bloomberg	1.838,81	2.978,98	4.817,79
Luz Engenharia Ltda	1.869,85	2.082,42	3.952,27
Outras Consultorias	4.270,18	4.699,24	8.969,42
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>4.809,96</b>	<b>5.710,19</b>	<b>10.520,15</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>7.202,15</b>	<b>4.983,05</b>	<b>12.185,20</b>
<b>Tributos</b>	<b>718,74</b>	<b>1.218,78</b>	<b>1.937,52</b>
A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	85.315,96	96.749,50	182.065,46

**Custo Global da Gestão**

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/15	2º Sem/15	12 Meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	79.930,13	96.633,49	176.563,62
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	85.315,96	96.749,50	182.065,46
C) Total das Despesas Administrativas	165.246,09	193.382,99	358.629,08
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	45.346.039,87	49.996.652,14	47.671.346,01
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,18%	0,19%	0,37%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,19%	0,19%	0,38%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,36%	0,39%	0,75%

No exercício de 2015, o custo global de gestão do Plano de Benefícios II, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi equivalente a 0,75% dos recursos garantidores sob gestão, sendo 0,37% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,38% o custo relativo à gestão de investimentos.

## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

## CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIAL

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2015.

## Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/15	2º Sem/15	12 meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b><u>896.862,58</u></b>	<b><u>1.058.772,34</u></b>	<b><u>1.955.634,92</u></b>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	288.334,63	385.877,59	674.212,22
Pessoal Próprio	608.527,95	672.894,75	1.281.422,70
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>1.521,98</b>	<b>24.222,77</b>	<b>25.744,75</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>10.498,38</b>	<b>3.531,89</b>	<b>14.030,27</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)</b>	<b><u>289.858,75</u></b>	<b><u>129.848,01</u></b>	<b><u>419.706,76</u></b>
Auditoria	11.212,48	11.643,60	22.856,08
Assessoria Jurídica	201.926,79	39.566,64	241.493,43
Assessoria Atuarial	43.164,06	44.649,00	87.813,06
Outras Consultorias	33.555,42	33.988,77	67.544,19
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>70.168,75</b>	<b>75.481,05</b>	<b>145.649,80</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>19.280,40</b>	<b>17.071,44</b>	<b>36.351,84</b>
<b>Tributos</b>	<b>139.467,83</b>	<b>141.638,32</b>	<b>281.106,15</b>
<b>Total das Despesas com a Administração Previdencial</b>	<b>1.427.658,67</b>	<b>1.450.565,82</b>	<b>2.878.224,49</b>

## CUSTOS COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

No que se refere à administração de investimentos, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2015.

## Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/15	2º Sem/15	12 Meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b><u>1.037.127,84</u></b>	<b><u>1.101.272,31</u></b>	<b><u>2.138.400,15</u></b>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	277.084,81	255.886,03	532.970,84
Pessoal Próprio	760.043,03	845.386,28	1.605.429,31
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>7.433,68</b>	<b>18.065,79</b>	<b>25.499,47</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>13.744,52</b>	<b>10.422,78</b>	<b>24.167,30</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)</b>	<b><u>161.514,28</u></b>	<b><u>179.042,18</u></b>	<b><u>340.556,46</u></b>
Auditoria	11.212,45	11.643,60	22.856,05
Assessoria Jurídica	16.690,06	16.857,42	33.547,48
Bloomberg	31.411,50	32.144,42	63.555,92
Luz Engenharia Ltda	30.434,37	46.008,30	76.442,67
Outras Consultorias	71.765,90	72.388,44	144.154,34
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>80.670,02</b>	<b>88.080,54</b>	<b>168.750,56</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>19.280,31</b>	<b>17.071,40</b>	<b>36.351,71</b>
<b>Tributos</b>	<b>15.718,74</b>	<b>16.218,78</b>	<b>31.937,52</b>
<b>A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos</b>	<b>1.335.489,39</b>	<b>1.430.173,78</b>	<b>2.765.663,17</b>



## CUSTO GLOBAL DE GESTÃO

## Total de Despesas com Administração da Entidade

Custo Global da Gestão		Em R\$		
DESPESAS	1º Sem/15	2º Sem/15	12 Meses	
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.427.658,67	1.450.565,82	2.878.224,49	
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.335.489,39	1.430.173,78	2.765.663,17	
C) Total das Despesas Administrativas	2.763.148,06	2.880.739,60	5.643.887,66	
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	765.133.005,07	770.303.622,31	767.718.313,69	
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,19%	0,19%	0,37%	
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,17%	0,19%	0,36%	
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,36%	0,37%	0,74%	

O custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais foi, no exercício de 2015, equivalente a 0,74% do patrimônio médio sob gestão, sendo 0,37% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,36% referentes à gestão de investimentos.

## GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PGA

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa apresentava, em 31 de dezembro de 2015, a composição demonstrada a seguir, em relação aos recursos garantidores.

## Distribuição dos Investimentos por Segmentos de Aplicação – PGA

Distribuição dos Investimentos por Segmentos	Observado		Limites Máximos	
	Junho/15	Dezembro/15	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	88,20%	89,37%	100%	100%
Renda Variável	7,28%	5,48%	20%	70%
Investimentos Estruturados	4,51%	5,15%	12%	20%
Investimentos no Exterior <sup>(1)</sup>	0,00%	0,00%	2%	10%
Imóveis	0,00%	0,00%	0%	8%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.



### Composição da Carteira em Mercado

Em 31.12.2015, o Plano de Gestão Administrativa contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>2.364.756,92</b>	<b>89,73%</b>
Fundos de Renda Fixa	1.734.113,22	65,80%
Minuano FI Renda Fixa	1.734.113,22	65,80%
Fundos Multimercado com Renda Variável	630.643,70	23,93%
BBM Charrua FI Multimercado	630.643,70	23,93%
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>46.153,60</b>	<b>1,75%</b>
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	46.153,60	1,75%
JGP Institucional FIA	26.388,42	1,00%
Brasil Plural FICFIA	19.765,18	0,75%
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>171.248,82</b>	<b>6,50%</b>
Fundos de Investimentos em Cotas de FI	161.225,29	6,12%
BBM Aymoré FICFIM	161.225,29	6,12%
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	10.023,54	0,38%
Rio Bravo Energia I	10.023,54	0,38%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	2.582.159,34	97,98%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria <sup>1</sup>	53.161,45	2,02%
<b>Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado</b>	<b>2.635.320,79</b>	<b>100,00%</b>

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2015, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

<sup>1</sup> Inclui recursos a receber oriundos do resgate total do fundo BTG Pactual Absoluto Inst. FIQFIA.

### Performance dos Investimentos do PGA

A performance global dos investimentos do PGA no ano foi de 9,57%, diante da meta atuarial de 16,56% e do CDI de 13,24% do período.

As rentabilidades por segmento de aplicação, em relação aos respectivos referenciais de mercado, são apresentadas na tabela e no gráfico abaixo.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Rentabilidade Bruta em 2015	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial	
		Índice	Varição em 2015
Renda Fixa	10,81%	IMA-B	8,88%
Renda Variável	-3,62%	IBrX	-12,41%
Investimentos Estruturados	1,76%	IHFA	17,50%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	3,71%	Meta Atuarial	16,56%
<b>Total</b>	<b>9,57%</b>		

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2016

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos, em conjunto com o Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 17.12.2015 e divulgada aos Participantes mediante publicação no portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2016, a seguir sumariada, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	95%	85%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	6%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	10%	5%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	0%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2%
Operações com Participantes	Empréstimos	3%	2%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	95%	84%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	6%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	10%	4%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	0%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	1%
Operações com Participantes	Empréstimos	15%	5%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	95%	87%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	8%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	10%	5%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	0%
Imóveis	Imóveis para Renda	0%	0%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Serão observados os seguintes limites na alocação por emissor:

Alocação por Emissor			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	100,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Com Registro na CVM	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	3,00%	0,00%	0,00%

Além dos limites descritos na tabela acima, existem os seguintes limites adicionais:

1. A alocação em cotas de Fundos de Investimento que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitada a 5% (cinco por cento) dos Recursos Garantidores;
2. A alocação em Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado classificados no Segmento de Investimentos Estruturados deverá respeitar o limite de 10% (dez por cento) dos Recursos Garantidores.

Serão observados os seguintes limites na concentração por emissor:

Concentração por Emissor			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%

Além dos limites descritos na tabela acima, existem os seguintes limites adicionais:

1. A alocação em Fundos de Direitos Creditórios (FIDC) é permitida apenas naqueles com classificação mínima igual à AAA, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio em cada FIDC;
2. A alocação em cotas de Fundos de Investimentos que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
3. A alocação em fundos classificados como Investimentos Estruturados, excetuando-se os Fundos Multimercado, não serão admitidas alocações em novos Fundos de Investimento em Participações, excetuada as chamadas de capital ou criação de estruturas derivadas de fundos existentes.

Serão observados os seguintes limites na concentração por investimentos:

Concentração por Investimentos			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% de uma Mesma Classe ou Série de Cotas de FIDC	5,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os *ratings* mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

Rating Mínimo	Agência Classificadora de Risco		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCH RATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## I - BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em R\$ mil

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>11</b>	<b>63</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>2.235</b>	<b>2.092</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>786.722</b>	<b>744.418</b>	Gestão Previdencial	1.572	1.514
Gestão Previdencial	4.824	2.833	Gestão Administrativa	655	574
Gestão Administrativa	1.500	1.455	Investimentos	8	4
<b>Investimentos</b>	<b>780.398</b>	<b>740.130</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>9.685</b>	<b>7.849</b>
Ações	277	269	Gestão Previdencial	8.250	6.414
Fundos de Investimento	754.174	714.562	Gestão Administrativa	1.435	1.435
Investimentos Imobiliários	15.359	14.883	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>775.006</b>	<b>734.755</b>
Empréstimos	10.588	10.388	Patrimônio de Cobertura do Plano	765.940	724.979
Depósitos Judiciais	-	28	Provisões Matemáticas	762.878	689.790
<b>PERMANENTE</b>	<b>193</b>	<b>215</b>	Benefícios Concedidos	487.127	431.451
Imobilizado	50	60	Benefícios a Conceder	275.751	258.339
Intangível	143	155	Equilíbrio Técnico	3.062	35.189
			Resultados Realizados	3.062	35.189
			Superávit Técnico Acumulado	3.062	35.189
			Fundos	9.066	9.776
			Fundo Previdencial	6.826	7.188
			Fundo Administrativo	2.240	2.588
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>786.926</b>	<b>744.696</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>786.926</b>	<b>744.696</b>

## II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>A) Patrimônio Social - Início do Exercício</b>	<b>734.755</b>	<b>664.398</b>	<b>10,59</b>
<b>1. Adições</b>	<b>94.271</b>	<b>116.616</b>	<b>(19,16)</b>
(+) Contribuições Previdenciais	21.682	19.374	11,91
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	67.294	92.060	(26,90)
(+) Receitas Administrativas	5.055	4.788	5,58
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	240	394	(39,09)
<b>2. Destinações</b>	<b>(54.020)</b>	<b>(46.259)</b>	<b>16,78</b>
(-) Benefícios	(45.407)	(40.622)	11,78
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.969)	(421)	605,23
(-) Despesas Administrativas	(5.644)	(4.975)	13,45
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(241)	(100,00)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>40.251</b>	<b>70.357</b>	<b>(42,79)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	73.087	45.312	61,30
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(32.126)	25.217	(227,40)
(+/-) Fundos Previdenciais	(362)	(138)	162,32
(+/-) Fundos Administrativos	(348)	(34)	923,53
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>775.006</b>	<b>734.755</b>	<b>5,48</b>

## III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

**PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>690.526</b>	<b>630.788</b>	9,47
<b>1. Adições</b>	<b>78.758</b>	<b>102.057</b>	<b>(22,83)</b>
(+) Contribuições	15.910	14.847	7,16
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	62.848	87.210	(27,93)
<b>2. Destinações</b>	<b>(49.482)</b>	<b>(42.319)</b>	<b>16,93</b>
(-) Benefícios	(45.082)	(40.497)	11,32
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.969)	(421)	605,23
(-) Custeio Administrativo	(1.431)	(1.401)	2,14
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>29.276</b>	<b>59.738</b>	<b>(50,99)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	60.952	35.904	69,76
(+/-) Fundos Previdenciais	439	(1.371)	(132,02)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(32.116)	25.206	(227,41)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>719.802</b>	<b>690.526</b>	<b>4,24</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.057</b>	<b>1.176</b>	<b>(10,12)</b>
(+/-) Fundo Administrativo	1.057	1.176	(10,12)

**PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>41.641</b>	<b>30.988</b>	<b>34,38</b>
<b>1. Adições</b>	<b>11.648</b>	<b>10.778</b>	<b>8,07</b>
(+) Contribuições	7.202	5.928	21,49
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.446	4.850	(8,33)
<b>2. Destinações</b>	<b>(325)</b>	<b>(125)</b>	<b>160,00</b>
(-) Benefícios	(325)	(125)	160,00
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>11.323</b>	<b>10.653</b>	<b>6,29</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	12.136	9.409	28,98
(+/-) Fundos Previdenciais	(801)	1.233	(164,96)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(11)	11	(200,00)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>52.964</b>	<b>41.641</b>	<b>27,19</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.183</b>	<b>1.412</b>	<b>(16,22)</b>
(+/-) Fundo Administrativo	1.183	1.412	(16,22)

## IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>730.685</b>	<b>699.633</b>	<b>4,44</b>
Disponível	10	59	(83,05)
Recebível	5.881	4.010	46,66
Investimento	<u>724.794</u>	<u>695.564</u>	4,20
Ações	257	253	1,58
Fundos de Investimento	701.704	672.777	4,30
Investimentos Imobiliários	14.807	14.348	3,20
Empréstimos	8.026	8.159	(1,63)
Depósitos Judiciais	-	27	(100,00)
<b>2. Obrigações</b>	<b>9.826</b>	<b>7.931</b>	<b>23,89</b>
Operacional	1.576	1.517	3,89
Contingencial	8.250	6.414	28,62
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.057</b>	<b>1.176</b>	<b>(10,12)</b>
Fundo Administrativo	1.057	1.176	(10,12)
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>719.802</b>	<b>690.526</b>	<b>4,24</b>
Provisões Matemáticas	713.725	652.771	9,34
Superávit/Déficit Técnico	3.062	35.178	(91,30)
Fundos Previdenciais	3.015	2.577	17,00
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	3.062	35.178	(91,30)
b) Ajuste de Precificação	18.496	-	
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	21.558	35.178	(38,72)

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>54.151</b>	<b>43.054</b>	<b>25,77</b>
Disponível	1	3	(66,67)
Recebível	1.183	1.412	(16,22)
Investimento	<u>52.967</u>	<u>41.639</u>	27,21
Ações	18	15	20,00
Fundos de Investimento	49.835	38.859	28,25
Investimentos Imobiliários	552	535	3,18
Empréstimos	2.562	2.229	14,94
Depósitos Judiciais	-	1	(100,00)
<b>2. Obrigações</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>300,00</b>
Operacional	4	1	300,00
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.183</b>	<b>1.412</b>	<b>(16,22)</b>
Fundo Administrativo	1.183	1.412	(16,22)
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>52.964</b>	<b>41.641</b>	<b>27,19</b>
Provisões Matemáticas	49.154	37.019	32,78
Superávit/Déficit Técnico	-	11	(100,00)
Fundos Previdenciais	3.810	4.611	(17,37)
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	-	11	(100,00)
b) Ajuste de Precificação	193	18	972,22
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	193	29	565,52

## V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>2.588</b>	<b>2.622</b>	<b>(1,30)</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>5.295</b>	<b>5.182</b>	<b>2,18</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>5.295</b>	<b>5.182</b>	<b>2,18</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.431	1.401	2,14
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.624	3.387	7,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	240	394	(39,09)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>5.643</b>	<b>4.975</b>	<b>13,43</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>2.878</b>	<b>2.293</b>	<b>25,51</b>
Pessoal e Encargos	1.955	1.790	9,22
Treinamentos/Congressos e Seminários	26	33	(21,21)
Viagens e Estadias	14	27	(48,15)
Serviços de Terceiros	420	247	70,04
Despesas Gerais	146	138	5,80
Depreciações e Amortizações	36	27	33,33
Tributos	281	31	
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>2.765</b>	<b>2.682</b>	<b>3,09</b>
Pessoal e Encargos	2.138	2.138	-
Treinamentos/Congressos e Seminários	25	40	(37,50)
Viagens e Estadias	24	21	14,29
Serviços de Terceiros	341	266	28,20
Despesas Gerais	169	159	6,29
Depreciações e Amortizações	36	27	33,33
Tributos	32	31	3,23
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>-</b>	<b>241</b>	<b>(100,00)</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>(348)</b>	<b>(34)</b>	<b>923,53</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(348)</b>	<b>(34)</b>	<b>923,53</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>2.240</b>	<b>2.588</b>	<b>(13,45)</b>

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>729.628</b>	<b>698.457</b>	<b>4,46</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>713.724</b>	<b>652.771</b>	<b>9,34</b>
1.1. Benefícios Concedidos	484.308	431.101	12,34
Benefício Definido	484.308	431.101	12,34
1.2. Benefício a Conceder	229.416	221.670	3,49
Benefício Definido	229.416	221.670	3,49
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>3.062</b>	<b>35.178</b>	<b>(91,30)</b>
2.1. Resultados Realizados	3.062	35.178	(91,30)
Superávit técnico acumulado	3.062	35.178	(91,30)
Reserva de Contingência	3.062	35.178	
<b>3. Fundos</b>	<b>3.016</b>	<b>2.577</b>	<b>17,04</b>
3.1 Fundos Previdenciais	3.016	2.577	17,04
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>1.576</b>	<b>1.517</b>	<b>3,89</b>
4.1 Gestão Previdencial	1.569	1.514	3,63
4.2 Investimentos-Gestão Previdencial	7	3	
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>8.250</b>	<b>6.414</b>	<b>28,62</b>
5.1 Gestão Previdencial	8.250	6.414	28,62

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II  
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>52.968</b>	<b>41.643</b>	<b>27,20</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>49.154</b>	<b>37.019</b>	<b>32,78</b>
1.1. Benefícios Concedidos	2.819	350	705,43
Benefício Definido	2.819	350	705,43
1.2. Benefício a Conceder	46.335	36.669	26,36
Contribuição Definida	46.335	36.669	26,36
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	19.205	15.303	25,50
Saldo de contas-parcela participantes	27.130	21.366	26,98
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	
2.1. Resultados Realizados	-	11	
Superávit técnico acumulado	-	11	
Reserva de Contingência	-	11	
<b>3. Fundos</b>	<b>3.810</b>	<b>4.611</b>	<b>(17,37)</b>
3.1 Fundos Previdenciais	3.810	4.611	(17,37)
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>100,00</b>
4.1 Gestão Previdencial	3	1	200,00
4.2 Investimentos-Gestão Previdencial	1	1	



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a obtenção desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD (fechado para novos participantes) e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV. Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):

CNPB	Sigla do Plano
19790012-19	Plano de Benefícios I
20010024-83	Plano de Benefícios II

Na tabela a seguir demonstramos a evolução dos participantes, por planos de benefícios e no total, nos últimos cinco anos.

Ano	Plano de Benefício I				Plano de Benefício II				Total Geral
	Ativos	BPD <sup>(1)</sup>	Assistidos	Total PB I	Ativos	BPD <sup>(1)</sup>	Assistidos	Total PB II	
2011	220	1	372	593	250	-	3	253	846
2012	211	1	374	586	279	-	3	282	868
2013	198	2	382	582	299	1	3	303	885
2014	192	-	387	579	315	1	3	319	898
2015	183	-	393	576	325	1	8	334	910

(1) Benefício Proporcional Diferido

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 2015 e 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – (CNPC), ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentre estas, em especial, a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC. A Resolução CNPC nº. 8, determina que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão compostas

pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por plano de benefício previdencial.

#### 2.1 Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e a Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de

janeiro de 2010 (ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

No processo de consolidação das demonstrações contábeis do **ISBRE** foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Ativo	Em milhares de reais		
	PB I	PB II	Consolidado
Gestão administrativa - participação no PGA	1.057	1.183	(2.240)
	<b>1.057</b>	<b>1.183</b>	<b>(2.240)</b>
<b>Passivo</b>			
Fundos - participação no fundo administrativo	(1.057)	(1.183)	2.240
	<b>(1.057)</b>	<b>(1.183)</b>	<b>2.240</b>

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

#### 3.1 ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

#### 3.2 ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

##### a) Renda fixa e renda variável

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

Títulos para negociação - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

##### b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, os quais são ajustados

periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis fixados em seus respectivos laudos de avaliação/reavaliação.

Os imóveis são reavaliados periodicamente, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com conta de resultado.

##### c) Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos dos respectivos contratos auferidos até a data do balanço.

#### 3.3 ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota 6.

O Intangível e o Diferido são demonstrados pelo custo de aquisição dos *softwares*, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

#### 3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

#### 3.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As contas sujeitas a estimativas tiveram seu valor apurado a partir de fatores objetivos e subjetivos,

estes últimos com base no julgamento da Administração sobre a sua adequação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### 3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, exceto para as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e abono anual dos inativos. Conforme estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e o item 8.2 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e o abono anual dos inativos, tanto do Plano e Benefícios I (BD) como do Plano de Benefícios II (CV) estão registradas pelo regime de caixa. Registre-se ainda, que, para fins do que estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as contribuições dos participantes assistidos relativas ao PB I estão incluídas no cálculo das Reservas Matemáticas.

### 3.7 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxas de administração e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação com base nos resultados da Avaliação Atuarial, e pelo Fundo Administrativo, formado com

eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos efetivos e as referidas contribuições específicas.

### 3.8 TRANSFERÊNCIAS E FLUXO DE RECURSOS

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial e Administrativa e os Investimentos, foram:

#### a) Gestão Previdencial

Recebe fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzido o valor transferido para custear as despesas administrativas (taxa de administração) e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa (carregamento) para o custeio da administração previdencial.

#### b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios para cobertura de despesas administrativas, conforme previsto Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios, referente aos recursos para cobertura das despesas administrativas dos mesmos, além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo.

#### c) Investimentos

As receitas dos investimentos mensais líquidas de cada plano de benefícios, depois de deduzido o valor da taxa de administração dos investimentos, são enviadas para a Gestão Previdencial. Já o resultado dos investimentos administrativos é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

## 4. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2015	2014
Depósitos Judiciais	4.590	2.574
Depósitos Recursais	234	259
	<u>4.824</u>	<u>2.833</u>

Os valores dos Depósitos Judiciais se referem a depósitos para garantia de execução e os Depósitos Recursais servem para interpor recursos das ações judiciais movidas por participantes contra o ISBRE. A integralidade destes valores se refere ao Plano de Benefícios I (BD).

## 5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados estão demonstrados no quadro abaixo. Os investimentos abertos por Plano de Benefícios estão demonstrados na nota 12.

Descrição	Em milhares de reais	
	2015	2014
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>		
CDB	1.648	1.728
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.648)	(1.728)
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Ações</b>		
Carteira Própria	277	269
	<u>277</u>	<u>269</u>
<b>Fundos de Investimentos</b>		
Renda Fixa	496.266	444.759
Ações	28.423	34.776
Multimercado	226.616	228.047
Participações	2.869	6.980
	<u>754.174</u>	<u>714.562</u>
<b>Investimentos Imobiliários</b>		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	4.132	4.201
	<u>4.132</u>	<u>4.201</u>
Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários	11.227	10.682
	<u>11.227</u>	<u>10.682</u>
	<u>15.359</u>	<u>14.883</u>
<b>Operações com Participantes</b>		
Empréstimos Simples	10.588	10.388
	<u>10.588</u>	<u>10.388</u>
<b>Depósitos Judiciais / Recursais</b>		
Depósitos Judiciais	-	28
	<u>-</u>	<u>28</u>
	<u>780.398</u>	<u>740.130</u>

O Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú Unibanco S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação dos fundos de investimentos e pelo cálculo das cotas dos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável.

### 5.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. O montante da provisão é referente a valores aplicados entre 1995 e 1999 em CDBs dos bancos Banesa, Seller e Crefisul. Tendo em vista dos valores serem anteriores as aprovações do Plano de Benefícios II – CV estão lançados na sua totalidade no Plano de Benefícios I – BD.

### 5.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

### 5.3 Fundos de Investimentos

#### 5.3.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:

Fundos	Gestor	Em milhares de reais	
		2015	2014
<b>Fundos Exclusivos</b>			
<b>Renda Fixa</b>			
Minuano FI Renda Fixa	Votorantim Asset Management	496.266	444.759
		<u>496.266</u>	<u>444.759</u>
<b>Multimercado</b>			
BBM Aymoré FIC FI Multimercado	BBM Investimentos	46.139	41.179
BBM Charrua FI Multimercado	BBM Investimentos	180.477	186.868
		<u>226.616</u>	<u>228.047</u>
<b>Fundos Abertos</b>			
<b>Ações</b>			
BBM Smid Caps Valor FIC Ações	BBM Investimentos	-	5.858
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC Ações	BTG Pactual Gestora de Recursos	-	15.222
JGP Institucional FI Ações	JGP Gestão de Recursos Ltda	7.552	13.696
Valores a Receber – Resgate BTG Pactual Absoluto Institucional FIC	BTG Pactual Gestora de Recursos	15.215	-
Brasil Plural FICFIA	Brasil Plural Gestão de Recursos	5.656	-
		<u>28.423</u>	<u>34.776</u>
<b>Participações</b>			
Fundo de Participações Rio Bravo Energia I	Rio Bravo Investimentos Ltda	2.869	6.980
		<u>2.869</u>	<u>6.980</u>
		<u>754.174</u>	<u>714.562</u>

No decorrer do exercício, além do resgate total dos valores aplicados nos fundos BBM Smid Caps e BTG Pactual foram realizados resgates parciais de vinte milhões de reais (R\$ 20.000 mil) do BBM Charrua FI Multimercado e cinco milhões e quinhentos mil reais (R\$ 5.500 mil) do JGP Institucional FI Ações.

As cotas do Rio Bravo Energia I – Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Caixa Econômica Federal e gerido pelo Rio Bravo Investimentos Ltda., no exercício de 2015, foram impactadas por dois eventos relevantes.

O primeiro deles foi resultado do teste de “impairment” (ajuste a valor recuperável) realizado sob o comando da Auditoria Externa do Fundo, à vista dos indícios de perdas decorrentes dos prejuízos gerados pelo acidente atmosférico nos parques da Livramento Holding S.A. (sociedade com a Eletrosul) e à recuperação judicial da fornecedora de equipamentos eólicos IMPSA. Em consequência, no mês de abril de 2015, o ISBRE viu o valor econômico de sua participação ser reduzido a R\$ 3.921 mil (- 43,59% em relação ao valor de aquisição registrado em dezembro de 2014, de R\$ 6.952 mil), conforme memorando de “impairment” firmado pela gestora e pela administradora do fundo.

O segundo decorreu de deliberação da AGE realizada em 17 de julho de 2015, ocasião em que os cotistas do fundo deliberaram por uma reavaliação dos ativos investidos, para a qual foi contratada e selecionada a consultoria especializada Mazars Consultoria Empresarial Ltda. Como resultado dessa reavaliação, o valor presente (valor econômico, dadas as premissas e cenários adotados na avaliação) da participação do ISBRE no Fundo reestimado em R\$ 2.813 mil no mês de competência de outubro de 2015 (- 26,05% em relação ao valor de do mês anterior, R\$ 3.804 mil).

O fundo está sendo objeto de acompanhamento especial por parte dos seus cotistas, com vista à recuperação do seu valor econômico, dado que os ativos relevantes foram performados e são investimentos de longo prazo.

### 5.3.2 Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários do ISBRE em 31 de dezembro de 2015 estão registrados e classificados como demonstrado abaixo:

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
<b>Renda Fixa</b>			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
NTN-B	299.794	308.538	Acima de 360 dias
LTN	27.265	27.641	Acima de 360 dias
Títulos Compromissados (Over)	59.717	59.748	Prazo indeterminado
Fundo de Ações	16.017	15.808	Prazo indeterminado
	<u>402.793</u>	<u>411.735</u>	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	212.765	265.081	Acima de 360 dias
	<u>212.765</u>	<u>265.081</u>	
Contas a Pagar/Receber	-	15.119	
Tesouraria	-	24	
Total Renda Fixa	<u>615.558</u>	<u>691.959</u>	
<b>Renda Variável</b>			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
Ações não negociadas em bolsa	27	276	Prazo indeterminado
Fundo de Ações – FIA	33.348	13.208	Prazo indeterminado
Total Renda Variável	<u>33.375</u>	<u>13.484</u>	
<b>Investimentos Estruturados</b>			
FIC Aymoré	20.900	46.139	Prazo indeterminado
Fundos de Investimentos e Participações	7.100	2.869	Prazo indeterminado
Total Investimentos Estruturados	<u>28.000</u>	<u>49.008</u>	
Total dos Investimentos	<u>676.933</u>	<u>754.451</u>	
NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B			
LTN – Letra do Tesouro Nacional			
FIA – Fundo de Investimentos em Ações			
FIC – Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos			

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o ISBRE possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31 de dezembro de 2015, o valor de avaliação desses títulos precificados na curva do papel, é de R\$ 265.081 mil. O valor desses títulos, se marcados a mercado, é menor em R\$ 28.653 mil.

### 5.3.3 Ajuste dos Títulos Públicos Federais

A PREVIC emitiu em 04 de fevereiro de 2015 a Instrução nº 19, dispondo sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Este ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa real de juros de 4,75%a.a., utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil (com marcação pela curva do papel) desses títulos.

O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, deve ser evidenciado na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado (nota 9.3).

Conforme estabelece o item VI, § 4º do art. 9º da Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, nos quadros a seguir demonstramos o valor do ajuste de precificação.

Para a elaboração do ajuste do Plano de Benefícios I – BD foi utilizada a totalidade dos títulos do plano com marcação pela curva do papel, conforme requisitos estabelecidos pelo artigo 9º da Instrução PREVIC nº 19, de 04

de fevereiro de 2015. Já para o Plano de Benefícios II – CV foi utilizada fração de todos os títulos, correspondente aos Benefícios Concedidos do plano.

#### Plano de Benefícios I - BD

Ativo	Taxa aquisição % a.a	Vencimento	Quantidade	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Varição Curva x taxa do passivo
NTN-B	6,740083%	15/08/24	4.652,14	12.602,63	12.154,94	14.301,38	1.698,76
NTN-B	7,089008%	15/08/24	9.304,27	24.665,55	24.309,86	28.602,74	3.937,19
NTN-B	6,999012%	15/08/30	9.304,27	24.142,78	23.498,76	29.709,58	5.566,80
NTN-B	6,129836%	15/08/40	9.085,62	25.402,49	22.183,37	30.253,74	4.851,25
NTN-B	6,395000%	15/05/45	3.610,00	9.599,80	8.526,07	12.042,12	2.442,32
			<u>35.956,30</u>	<u>96.413,25</u>	<u>90.673,01</u>	<u>114.909,57</u>	<u>18.496,31</u>

#### Plano de Benefícios II - CV

Ativo	Taxa aquisição % a.a	Vencimento	Quantidade	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Varição Curva x taxa do passivo
NTN-B	6,740083%	15/08/24	17,58	47,62	45,93	54,04	6,42
NTN-B	7,089008%	15/08/24	35,17	93,24	91,89	108,12	14,88
NTN-B	6,999012%	15/08/30	35,17	91,26	88,82	112,30	21,04
NTN-B	6,129836%	15/08/40	34,34	96,01	83,84	114,35	18,34
NTN-B	6,395000%	15/05/45	37,90	100,78	89,51	126,43	25,64
NTN-B	6,395000%	15/05/45	39,60	105,31	93,53	132,10	26,79
NTN-B	5,778637%	15/08/50	35,17	103,09	84,91	120,16	17,07
NTN-B	5,949398%	15/08/50	17,58	50,31	42,44	60,06	9,76
NTN-B	5,949427%	15/08/50	17,58	50,31	42,44	60,06	9,76
NTN-B	6,427477%	15/08/50	35,17	94,28	84,91	120,16	25,88
NTN-B	5,849735%	15/08/50	34,46	100,00	83,20	117,74	17,74
			<u>339,72</u>	<u>932,21</u>	<u>831,45</u>	<u>1.125,52</u>	<u>193,32</u>

### 5.4 Investimentos Imobiliários

#### 5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

#### 5.4.2 Alienação de Imóveis

No exercício de 2015 não foi vendido nenhum imóvel. Já no exercício de 2014 foram vendidas e escrituradas as salas 205, 214 e 218 da Galeria do Rosário, em Porto Alegre. As salas 205 e 214 foram vendidas à vista e a sala 218 através de financiamento da Caixa Econômica Federal. Este valor foi recebido em 09/02/2015, devidamente atualizado.



### 5.4.3 Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários

Demonstra os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação e juros convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda e/ou Escrituras.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2015	2014
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	10.849	10.173
Félix da Cunha, 610, Pelotas - RS	INPC + juros de 6% ao ano	378	424
Galeria do Rosário - sala 218		-	85
		<u>11.227</u>	<u>10.682</u>

### 5.4.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos a aluguel, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

Imóvel	Descrição	Em milhares de reais	
		2015	2014
São Luiz, 77 <sup>(1)</sup>	Multa rescisória	(621)	(621)
		<u>(621)</u>	<u>(621)</u>

(1) Em cobrança judicial.

### 5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE, em consignação. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2015	2014
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	8%	-	1
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7,5%	8	80
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7%	852	1.744
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	6%	9.728	8.563
		<u>10.588</u>	<u>10.388</u>

## 6. ATIVO PERMANENTE

Descrição	Taxas depreciação % a.a	Em milhares de reais	
		2015	2014
<b>Imobilizado</b>			
Móveis e Utensílios	10%	20	19
Máquinas e Equipamentos	10%	41	41
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	181	166
Depreciação Acumulada		(194)	(168)
		<u>50</u>	<u>60</u>
<b>Intangível</b>			
Software	20%	263	227
Benfeitorias	20%	3	3
Amortização Acumulada		(123)	(75)
		<u>143</u>	<u>155</u>
<b>Diferido</b>			
Software	20%	73	73
Benfeitorias	20%	109	109
Amortização Acumulada		(182)	(182)
		<u>193</u>	<u>215</u>



## 7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

### 7.1 Gestão Previdencial

Além do saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício e que será recolhido em janeiro de 2016, esta conta registra o saldo de pecúlio e valores devidos a patrocinadora referentes a liquidação de ações judiciais de participantes.

### 7.2 Gestão Administrativa

Demonstra os valores da provisão dos encargos sociais e fiscais referentes ao 13º salário e a folha de pagamento do mês de dezembro do corrente ano, além das provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2015.

## 8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

### 8.1 Gestão Previdencial

As provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09 e alterações, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como possível perda não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance do evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade menor do que 50% de ocorrer.

Descrição	Em milhares de reais	
	2015	2014
Provável (contabilizada)	8.250	6.414
Possível (não contabilizada)	1.255	1.224
	<u>9.505</u>	<u>7.638</u>

Os valores acima demonstram o impacto financeiro passado das ações judiciais no final do exercício, considerando 50% da probabilidade de cobrar a contribuição tanto do patrocinador como do participante.

### 8.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, o saldo de R\$ 1.435 mil (2014: R\$ 1.435 mil) representa a provisão relativa a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Conservadoramente, o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2015, os valores depositados em juízo somam R\$ 1.435 mil (2014: R\$ 1.412 mil).

Em 01/01/2015, entrou em vigor a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A nova legislação prevê a cobrança do PIS e COFINS sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da Emenda Constitucional nº. 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei nº. 9.718/98, publicada anteriormente à Emenda Constitucional nº. 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços). Com isso, a partir de janeiro de 2015, passou-se a recolher PIS e COFINS normalmente, através de guia DARF. Os valores depositados em juízo acima mencionados continuarão sendo discutidos judicialmente.

## 9. PATRIMÔNIO SOCIAL

### 9.1 Premissas Atuariais

Conforme metodologia estabelecida pela Resolução CNPC nº. 15, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº. 19, de 04 de fevereiro de 2015, foi realizado o cálculo da “duration” do passivo e a média dos prazos do fluxo de pagamentos dos benefícios do Plano de Benefícios I – BD ficou em 10,44 anos. De acordo com a Portaria PREVIC nº. 197, de 14 de abril de 2015, para esta “duration” pode-se adotar taxa de juros entre 3,69% e 5,67%. O

Conselho Deliberativo da entidade, baseado no relatório da avaliação atuarial realizado pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda, resolveu manter a taxa real de juros em 4,75% ao ano.

## 9.2 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas e a aderência da taxa de juros ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, Mirador Assessoria Atuarial Ltda e foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em reunião, de 18 de dezembro de 2015.

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

### Plano I – Benefício Definido

Descrição	Em milhares de reais	
	2015	2014
<b>Benefícios Concedidos</b>		
<b>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos</b>	<b>438.320</b>	<b>392.752</b>
Encargos Futuros	542.959	485.989
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(52.319)	(46.618)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(52.320)	(46.619)
<b>Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos</b>	<b>45.988</b>	<b>38.349</b>
Encargos Futuros	57.259	47.656
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(5.635)	(4.653)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(5.636)	(4.654)
	<b>484.308</b>	<b>431.101</b>
<b>Benefícios a Conceder</b>		
<b>Benefício Definido Estruturado Regime de Capitalização Programada</b>	<b>228.837</b>	<b>221.035</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	286.882	277.430
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(29.022)	(28.197)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(29.023)	(28.198)
<b>Benefícios Definido Estruturado Regime de Capitalização não Programada</b>	<b>579</b>	<b>635</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	707	775
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(64)	(70)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(64)	(70)
	<b>229.416</b>	<b>221.670</b>
	<b>713.724</b>	<b>652.771</b>
<b>Plano II – Contribuição Variável</b>		
Descrição	2015	2014
<b>Benefícios Concedidos</b>		
<b>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos</b>	<b>2.819</b>	<b>350</b>
Encargos Futuros	2.819	350
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>46.335</b>	<b>36.669</b>
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	19.205	15.303
Saldo de Contas – Parcelas Participantes	27.130	21.366
	<b>49.154</b>	<b>37.019</b>
<b>Total Consolidado (PB I + PB II)</b>	<b>762.878</b>	<b>689.790</b>

## 9.3 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I – BD totalizou no final de 2015 R\$ 3.063 mil (2014: R\$ 35.178 mil). No exercício, o resultado foi deficitário em R\$ 32.115 mil (2014: superávit de R\$ 25.206 mil). Tal resultado adveio basicamente do desempenho insatisfatório dos investimentos em virtude das condições adversas de mercado vivenciadas no período.

O Plano de Benefícios II - CV devido à quase totalidade de seu passivo atualizado pela variação dos ativos (cota do plano) apresentou equilíbrio técnico (2014: Superávit de 11 mil). No exercício, o resultado foi deficitário em R\$ 11 mil (2014: Superávit de R\$ 11 mil).

Conforme estabelece o artigo 11 da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, após realizado o cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento os planos apresentaram resultado ajustado conforme quadro abaixo.

Descrição	Em milhares de reais	
	2015	2014
Plano de Benefícios I - BD		
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
Resultado Realizado	3.063	35.178
Ajuste de Precificação	18.496	-
Equilíbrio Técnico Ajustado	21.559	35.178
Plano de Benefícios I - CV		
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
Resultado Realizado	-	11
Ajuste de Precificação	193	18
Equilíbrio Técnico Ajustado	193	29

## 9.4 Fundos

### 9.4.1 Fundos Previdenciais

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Variações Atuariais e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O Fundo de Variações Atuariais é constituído com: i) saldo das contas individuais, em caso de óbito do participante ativo; ii) saldo das contas individuais do participante que passar a receber benefício de aposentadoria por Invalidez; iii) saldo da conta CIV dos participantes que se retiram do plano exercendo a opção pelo resgate; e iv) saldo das contas individuais do participante sem beneficiários e sem herdeiros, e, revertido para suprir eventuais insuficiências decorrentes dos riscos atuariais. Durante o exercício foi revertido o valor de R\$ 46 mil (2014: zero), necessário para atingir o equilíbrio técnico do plano.

Já o Fundo de Benefícios de Risco é constituído por parte da contribuição da patrocinadora definida na aprovação do custeio do plano de benefícios e revertido pelos pagamentos de Auxílios Doença e na constituição de Reservas de Benefícios Concedidos, quando da ocorrência de óbitos de participantes ativos. No corrente exercício ocorreram dois eventos desta natureza (óbitos), sendo revertidos R\$ 2.208 mil (2014: zero).

O quadro a seguir demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada plano.

Descrição	Em milhares de reais					
	2015			2014		
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli- dado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli- dado
<b>Fundos Previdenciais</b>						
Variações Atuariais	-	580	580	-	240	240
Benefício de Risco	-	3.230	3.230	-	4.371	4.371
Fundo Previdencial	3.015	-	3.015	2.577	-	2.577
	<b>3.015</b>	<b>3.810</b>	<b>6.825</b>	<b>2.577</b>	<b>4.611</b>	<b>7.188</b>

#### 9.4.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 9% destas, além de taxa administrativa de 0,50% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores e pelos rendimentos do Fundo Administrativo do plano. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa administrativa realizada, as mesmas são suportadas pelo Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2015, acumula um saldo de R\$ 1.057 mil (2014: R\$ 1.176 mil).

Para o Plano de Benefícios II, toda despesa administrativa do ano foi suportada pelo Fundo Administrativo, o qual em 31 de dezembro de 2015 acumula um saldo de R\$ 1.183 mil (2014: R\$ 1.412 mil).

## 10. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério, constante no regulamento do PGA:

#### ▪ Pessoal e Encargos

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

#### ▪ Serviços de Terceiros

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como as consultorias atuariais. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente

para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

#### ▪ Despesas Gerais

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

#### ▪ Rateio entre PB I e PB II

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

## 11. TRANSFERÊNCIAS

### 11.1 Transferências Interplanos

Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a qual entrou em vigor a partir de 16 de dezembro de 2011, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, foi constituído o Plano de Gestão Administrativa – PGA. O regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE em 08 de dezembro de 2009, estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2015, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio para as despesas administrativas com administração previdencial e de investimentos da entidade: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes e taxa de administração de 0,50% a.a. sobre os Recursos Garantidores. Para o PB II, foi estabelecido que o custeio de toda a despesa administrativa, seria suportada pelo Fundo Administrativo.

Abaixo demonstramos o total das despesas com a gestão da entidade e as transferências de recursos ente os planos de benefícios I e II para o PGA, bem como a constituição ou reversão de Fundo Administrativo.

Descrição	2015	2014
<b>Plano de Benefícios I</b>		
Despesa Administrativa no exercício	(5.285)	(4.936)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	1.431	1.401
Taxa Administrativa (transferência 0,50% dos Recursos Garantidores para o PGA)	3.624	3.387
Rendimento do Fundo Administrativo	110	181
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	120	(33)
<b>Plano de Benefícios II</b>		
Despesa Administrativa	(358)	(280)
Carregamento (transferência 9% contribuições para o PGA)	-	-
Taxa Administrativa (transferência 0,50% dos Recursos Garantidores para o PGA)	-	-
Rendimento do Fundo Administrativo	130	213
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	228	67

### 11.2 Fluxos dos Investimentos e Destinação dos Resultados

Após deduzido o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$ 62.848 mil (2014: 87.210 mil) para o Plano de Benefícios I e R\$ 4.446 mil (2014: 4.850 mil) para o Plano de Benefícios II.

Por fim, após apuração do resultado do Programa Previdencial do Plano de Benefícios I – BD, déficit de R\$ 32.115 mil (2014: superávit de R\$ 25.206 mil), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico, que em dezembro de 2015 chegou ao montante de R\$ 3.063 mil (2014: R\$ 35.178 mil).

O Plano de Benefícios II - CV, por sua vez, apresentou, no exercício, déficit de R\$ 11 mil (2014: superávit de R\$ 11 mil).

## 12. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Exceto os Empréstimos a Participantes que, conforme o artigo 40 do anexo à Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, deve ser objeto de segregação real (registrados diretamente em cada Plano de Benefícios) e o segmento de imóveis que a partir do exercício de 2013 passamos a fazer segregação real, para os demais ativos, conforme o item 9.1 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a segregação contábil dos planos, foi feita utilizando-se o método da “Gestão Compartilhada dos Investimentos”,

contabilizando-se os recursos primários (contribuições recebidas e benefícios pagos) diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano. A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Descrição	Em milhares de reais							
	2015				2014			
	Plano I – BD	Plano II – CV	PGA	Consolidado	Plano I – BD	Plano II – CV	PGA	Consolidado
<b>Ativo</b>								
<b>Disponível</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	-	<b>11</b>	<b>60</b>	<b>3</b>	-	<b>63</b>
<b>Realizável</b>	<b>729.618</b>	<b>52.967</b>	<b>4.136</b>	<b>786.721</b>	<b>698.397</b>	<b>41.639</b>	<b>4.382</b>	<b>744.418</b>
Previdencial	4.824	-	-	4.824	2.833	-	-	2.833
Administrativo	-	-	1.500	1.500	-	-	1.455	1.455
<b>Investimentos</b>	<b>724.794</b>	<b>52.967</b>	<b>2.636</b>	<b>780.397</b>	<b>695.564</b>	<b>41.639</b>	<b>2.927</b>	<b>740.130</b>
Ações – Carteira Própria	257	18	1	276	253	15	1	269
Fundos de Investimentos	701.704	49.835	2.635	754.174	672.777	38.859	2.926	714.562
Renda Fixa	461.739	32.793	1.734	496.266	418.751	24.187	1.821	444.759
Ações	26.446	1.878	99	28.423	32.742	1.891	142	34.775
Multimercado	210.850	14.974	792	226.616	214.712	12.402	934	228.048
Participações	2.669	190	10	2.869	6.572	379	29	6.980
Imóveis	14.807	552	-	15.359	14.375	536	-	14.911
Aluguel	3.984	148	-	4.132	4.050	151	-	4.201
Vendidos a Prazo	10.823	404	-	11.227	10.298	384	-	10.682
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	27	1	-	28
Empréstimos	8.026	2.562	-	10.588	8.159	2.229	-	10.388
<b>Permanente</b>	-	-	<b>194</b>	<b>194</b>	-	-	<b>215</b>	<b>215</b>
	<b>729.628</b>	<b>52.968</b>	<b>4.330</b>	<b>786.926</b>	<b>698.457</b>	<b>41.642</b>	<b>4.597</b>	<b>744.696</b>
<b>Passivo</b>								
<b>Exigível Operacional</b>	<b>1.576</b>	<b>4</b>	<b>655</b>	<b>2.235</b>	<b>1.517</b>	<b>1</b>	<b>574</b>	<b>2.092</b>
Previdencial	1.569	3	-	1.572	1.514	-	-	1.514
Administrativo	-	-	655	655	-	-	574	574
Investimentos	7	1	-	8	3	1	-	4
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>8.250</b>	-	<b>1.435</b>	<b>9.685</b>	<b>6.414</b>	-	<b>1.435</b>	<b>7.849</b>
Previdencial	8.250	-	-	8.250	6.414	-	-	6.414
Administrativo	-	-	1.435	1.435	-	-	1.435	1.435
<b>Patrimônio Social</b>	<b>719.802</b>	<b>52.964</b>	<b>2.240</b>	<b>775.006</b>	<b>690.526</b>	<b>41.641</b>	<b>2.588</b>	<b>734.755</b>
<b>Patrimônio Cobertura Plano</b>	<b>716.787</b>	<b>49.154</b>	-	<b>765.941</b>	<b>687.949</b>	<b>37.030</b>	-	<b>724.979</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>713.724</b>	<b>49.154</b>	-	<b>762.878</b>	<b>652.771</b>	<b>37.019</b>	-	<b>689.790</b>
Benefícios Concedidos	484.308	2.819	-	487.127	431.101	350	-	431.451
Benefícios a Conceder	229.416	46.335	-	275.751	221.670	36.669	-	258.339
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>3.063</b>	-	-	<b>3.063</b>	<b>35.178</b>	<b>11</b>	-	<b>35.189</b>
<b>Fundos</b>	<b>3.015</b>	<b>3.810</b>	<b>2.240</b>	<b>9.065</b>	<b>2.577</b>	<b>4.611</b>	<b>2.588</b>	<b>9.776</b>
Previdencial	3.015	3.810	-	6.825	2.577	4.611	-	7.188
Administrativo	-	-	2.240	2.240	-	-	2.588	2.588
PB I	-	-	1.057	1.057	-	-	1.176	1.176
PB II	-	-	1.183	1.183	-	-	1.412	1.412
	<b>729.628</b>	<b>52.968</b>	<b>4.330</b>	<b>786.926</b>	<b>698.457</b>	<b>41.642</b>	<b>4.597</b>	<b>744.696</b>

### 13. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em face do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo BNDES, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao

invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Em 14 de outubro de 2011, a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, órgão de controle e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, encaminhou o ofício nº 4679/2011/CGMC/DIACI determinando que não se efetuasse o registro contábil desse ativo contingencial até posterior manifestação sua.

---

Mauro Rosito D’Avila  
Diretor Presidente, Administrativo  
e de Previdência  
CPF 206.383.610-87

---

Luiz Rogério Isotton  
Diretor Financeiro e de  
Investimentos  
CPF 676.102.770-53

---

Hilário Todeschini  
Contador - CRC/RS 40.688  
CPF 337.171.250-87



## PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

MIRADOR 0175/2016

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2016

### Ref.: Parecer Atuarial do Plano de Benefícios I (BD)

#### 1. Objetivo

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I (PB-I) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo "c" da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 2º da Instrução Normativa PREVIC nº 13/2014.

#### 2. Base Cadastral

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2015, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2015, encontravam-se cadastrados no PB-I:

- 183 Participantes ativos, sendo 114 do sexo masculino e 69 do sexo feminino; e
- 393 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma: 285 Aposentados por Tempo de Contribuição; 7 Aposentados por Idade; 14 Aposentados por Invalidez; 2 Aposentados por BPD e 85 Pensionistas.

#### 3. Metodologia de Cálculo

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.

##### 3.1. Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2015

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 4.663,75

- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000M (suavizada em 10%)
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: 98,2%
- Taxa de Carregamento: 9% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Taxa de Administração: 0,50% (percentual anual incidente sobre os recursos garantidores)
- Plano de custeio (ativos): 17,00% do valor da suplementação projetada (paritário)
- Plano de custeio (assistidos): 11,30% do valor da suplementação (paritário)

##### 3.2. Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no PB-I. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários/Benefícios e Composição Familiar.

Em relação à hipótese Taxa Real de Juros, a verificação da aderência dessa foi realizada considerando o modelo de ALM desenvolvido pela entidade e o fluxo estimado de compromissos futuros do PB-I. Com base no referido estudo, foi possível constatar que a premissa de 4,75% a.a., utilizada na avaliação atuarial



do exercício de 2015 e também na política de investimentos para o exercício de 2016, está adequada às expectativas de retorno da carteira de investimentos.

### 3.3. Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial do PB-I realizada em setembro de 2014, a única mudança realizada no rol de premissas utilizadas foi o ajuste do critério técnico de estimação da idade do filho mais jovem para fins de construção da função Hx, que representa a composição da família média da população de participantes vinculados ao ISBRE.

### 4. Situação Financeira-Atuarial

Ao término do exercício social de 2015, mais precisamente na data base de 31/12/2015, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano\*: .....  
..... R\$ 716.786.178,78

\* Obs.: [ Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos ]

- Provisões Matemáticas:
  1. Benefícios Concedidos..... R\$ 484.308.195,58
  2. Benefícios a Conceder ..... R\$ 229.415.342,56
- Fundos:
  1. Fundo Previdencial ..... R\$ 3.015.535,25
  2. Fundo Administrativo ..... R\$ 1.056.997,53
- Superávit Técnico Acumulado: ..... R\$ 3.062.640,64
- Ajuste de Precificação: ..... R\$ 18.496.313,64
- Equilíbrio Técnico Ajustado:..... R\$ 21.558.954,28

### 5. Rentabilidade dos Investimentos

A rentabilidade dos investimentos do PB-I no exercício de 2015 foi de 9,79%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-I deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (taxa real de juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou em 16,56%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida foi de 6,77 pontos percentuais abaixo da meta atuarial do período, que corresponde ao atingimento de 59,11% da referida meta.

A rentabilidade dos investimentos abaixo da meta atuarial pode ser explicada pelo desempenho nos

segmentos de renda fixa, renda variável e estruturados, que apresentaram retornos no período de 10,81%, -3,62% e de 1,76%, respectivamente. A rentabilidade do segmento de renda fixa, que representa 86,87% do patrimônio do plano, foi afetada pela desvalorização dos títulos públicos federais com marcação a mercado, que representam mais de 50% da carteira do plano, devido à elevação das taxas de juros verificada ao longo do ano de 2015.

### 6. Despesas Administrativas

Em 2015 as despesas administrativas do PB-I totalizaram R\$ 5.285.258,58, correspondendo ao comprometimento de 0,74% dos Recursos Garantidores do plano no dia 31/12/2015. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do PB-I. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-I se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

### 7. Fundo Administrativo

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-I. Em 31/12/2015, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.056.997,53. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-I utilize ao longo do ano de 2016 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas;
- Taxa de Administração: 0,60% (zero vírgula sessenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes “Taxa de Carregamento” e “Taxa de Administração” definidas anteriormente.

### 8. Plano de Custeio

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2016, conforme discriminado abaixo:

- Participantes Ativos: 17,00% (dezesete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I; e
- Participantes Assistidos: 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I.

### 9. Considerações Adicionais

Além dos aspectos já citados, é importante ressaltar que o PB-I mantém um Fundo Previdencial que visa suportar o impacto econômico e atuarial provável de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação desse Fundo se fundamenta nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

### 10. Parecer atuarial

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios I foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade que, após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações, foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior. O plano em questão apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 3.062.640,64. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado em R\$ 18.496.313,64, o resultado técnico ajustado permanece superavitário em R\$ 21.558.954,28, equivalente a 3,02% das Provisões Matemáticas do plano.

Face ao exposto neste parecer, cabe-me, na qualidade de atuário responsável técnico pelo Plano de Benefícios I, informar que, muito embora os investimentos não tenham atingido a meta atuarial estabelecida para o ano de 2015, o plano de benefícios encontra-se em situação de equilíbrio técnico e apresenta um nível de solvência positivo, conforme explicitado no item 4 deste parecer.

Este é, prezado senhor, o nosso parecer.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Sérgio Rangel Guimarães  
Atuário MIBA 0743  
CPF 467.563.020-00

## PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

MIRADOR 0176/2016

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2016

### Ref.: Parecer Atuarial do Plano de Benefícios II (CV)

#### 1. Objetivo

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II (PB-II) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo "c" da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 2º da Instrução Normativa PREVIC nº 13/2014.

#### 2. Base Cadastral

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2015, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2015, encontravam-se cadastrados no PB-II:

- 326 Participantes ativos; e
- 8 Participantes assistidos (3 pensões concedidas).

### 3. Metodologia de Cálculo

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

#### 3.1. Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2015

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Parcela Previdencial: R\$ 3.807,35
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
- Plano de Custeio vigente:
  - Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição
  - Patrocinadoras: Paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição.
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 2,53% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras
- Taxa de Carregamento: nula
- Taxa de Administração: nula
- Taxa de Crescimento Real de Salários: não aplicável
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male (suavizada em 10%)
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

#### 3.2. Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no PB-II. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários/Benefícios e Composição Familiar.

Em relação à hipótese Taxa Real de Juros, a verificação da aderência dessa foi realizada considerando o modelo de ALM desenvolvido pela entidade e o fluxo estimado de compromissos futuros do PB-II. Com base no referido estudo, foi possível constatar que a premissa de 4,75% a.a., utilizada na avaliação atuarial do exercício de 2015 e também na política de investimentos para o exercício de 2016, está adequada às expectativas de retorno da carteira de investimentos.

#### 3.3. Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial do PB-II realizada em setembro de 2014, a única mudança realizada no rol de premissas utilizadas foi o ajuste do critério técnico de estimação da idade do filho mais jovem para fins de construção da função Hx, que representa a composição da família média da população de participantes vinculados ao ISBRE.

### 4. Situação Financeira-Atuarial

Ao término do exercício social de 2015, mais precisamente na data base de 31/12/2015, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano: .....  
.....R\$ 49.154.444,92
- \* Obs.: [ Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos ]
- Provisões Matemáticas:
  - 1. Benefícios Concedidos ..... R\$ 2.818.883,44
    - 1.1 Benefícios de Risco ..... R\$ 2.818.883,44
  - 2. Benefícios a Conceder ..... R\$ 46.335.561,48
    - 2.1 Benefícios Programáveis . R\$ 46.335.561,48
- Fundos:
  - 1. Previdencial ..... R\$ 3.809.955,80
    - 1.1 Fundo de Benefício de Risco R\$ 3.230.223,46
    - 1.2 Fundo de Variações Atuariais R\$ 579.732,34
  - 2. Fundo Administrativo ..... R\$ 1.182.940,35
- Equilíbrio Técnico Acumulado: ..... R\$ 0,00
- Ajuste de Precificação: ..... R\$ 193.315,00
- Superávit Técnico Ajustado: ..... R\$ 193.315,00

### 5. Análise da Rentabilidade dos Investimentos

A rentabilidade dos investimentos do PB-II no exercício de 2015 foi de 10,011%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para os Benefícios de

Risco e os Benefícios Concedidos do Plano de Benefícios II deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (Taxa Real de Juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 16,56%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida foi de 6,55 pontos percentuais abaixo da meta atuarial do período, que corresponde ao atingimento de 60,45% da referida meta.

A rentabilidade dos investimentos abaixo da meta atuarial pode ser explicada pelo desempenho nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturados, que apresentaram retornos no período de 10,81%, -3,62% e de 1,76%, respectivamente. A rentabilidade do segmento de renda fixa, que representa 84,43% do patrimônio do plano, foi afetada pela desvalorização dos títulos públicos federais com marcação a mercado, que representam mais de 50% da carteira do plano, devido à elevação das taxas de juros verificada ao longo do ano de 2015.

## 6. Despesas Administrativas

Em 2015 as despesas administrativas do PB-II totalizaram R\$ 358.629,08, correspondendo ao comprometimento de 0,73% dos Recursos Garantidores do plano no dia 31/12/2015. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-II se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

## 7. Fundo Administrativo

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-II. Em 31/12/2015, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.182.940,35. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-II continue utilizando em 2016 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 0,00% (zero por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;

- Taxa de Administração: 0,00% (zero por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: tendo em vista o montante acumulado, suportará durante o exercício de 2016 a integralidade das despesas incorridas no PB-II.

## 8. Plano de Custeio

Recomenda-se a adoção do seguinte plano de custeio para o exercício de 2016:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: tendo vista o resultado apurado na avaliação atuarial, será equivalente a 2,53% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

## 9. Considerações Adicionais

Além dos aspectos já citados, é importante ressaltar que o PB-II mantém um Fundo Previdencial denominado “Fundo de Variações Atuariais”, formado por eventuais sobras das contas individuais e que tem por objetivo suprir insuficiências decorrentes dos riscos atuariais.

Importante ressaltar que, em decorrência do não atingimento da meta atuarial, conforme explicitado no item 5, foi realizada a reversão parcial desse Fundo ao final do exercício de 2015. Tal procedimento objetivou suprir a insuficiência de cobertura patrimonial das provisões matemáticas de benefícios concedidos em decorrência da não realização da premissa atuarial “Taxa Real de Juros”.

## 10. Parecer atuarial

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios II foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade que, após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações, foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior. O plano em questão apresenta uma situação tecnicamente equilibrada. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, conforme

legislação vigente, o plano apresenta um resultado técnico ajustado superavitário de R\$ 193.315,00.

Face ao exposto neste parecer, cabe-me, na qualidade de atuário responsável técnico pelo Plano de Benefícios II, informar que, muito embora os investimentos não tenham atingido a meta atuarial estabelecida para o ano de 2015, o plano de benefícios encontra-se em situação de equilíbrio técnico e

apresenta um nível de solvência positivo, conforme explicitado no item 4 deste parecer.

Este é, prezado senhor, o nosso parecer.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Sérgio Rangel Guimarães  
Atuário MIBA 0743  
CPF 467.563.020-00

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Conselheiros e Diretores da

**FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**

Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos



aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

#### Ênfase

##### a) Ajuste de Precificação

###### a.1) Plano de Benefícios I - BD

Chamamos a atenção para a Nota 5.3.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios I - BD. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em

31/12/2015, apresentou resultado positivo de R\$ 18.496 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

###### a.1) Plano de Benefícios II - CV

Chamamos a atenção para a Nota 5.3.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios II - CV. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2015, apresentou resultado positivo de R\$ 193 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 04 de março de 2016.

EXACTO AUDITORIA S/S  
CRC RS-001544/O-3  
DANIEL EDUARDO RODRIGUES  
CONTADOR CRC RS-30361

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015 e demais Demonstrações Contábeis, embasados nos Pareceres Atuariais da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA e no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da EXACTO AUDITORIA S/S, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Fundação, declaram que os elementos oferecidos apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ISBRE em 31/12/2015, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 16 de março de 2016.

FABIANO MEASSI  
Presidente

MÁICOL C. STEIN DE SOUZA  
Conselheiro

CLAONICE MACHADO FAGUNDES  
Conselheira

NIVALDO PRESALINO VIEIRA  
Conselheiro

LEONIR MARIA PIZZATO REIS  
Conselheira

GUSTAVO TROMBINI ORSOLIN  
Conselheiro

TARCÍSIO JAIME HERDT  
Conselheiro

**PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO**

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento ao que estabelece o artigo 24, item VII, do Estatuto Social, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 16 de março de 2016, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por Plano de Benefícios, e a Prestac o de Contas do Exercício Social de 2015.

Porto Alegre, 29 de març  de 2016.

CARLOS DICKEL DA FONTOURA  
Presidente do Conselho

ANDRÉ LOPES FALCÃO  
Conselheiro

CARLOS AURÉLIO L. DA H. RIBEIRO  
Conselheiro

CARLOS ARETON AZZOLIN OLSON  
Conselheiro

DANTE CARLOS SCHUCH  
Conselheiro

CELSO AFONSO MONTEIRO PUDWELL  
Conselheiro